

Superior Tribunal de Justiça

MEDIDA CAUTELAR Nº 17.350 - RJ (2010/0168534-8)

RELATOR : **MINISTRO CASTRO MEIRA**
REQUERENTE : **INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS -IBEF**
RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : **ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(S)**
REQUERIDO : **COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**

DECISÃO

Cuida-se de medida cautelar, com pedido de liminar, ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças-IBEF, objetivando sustar os efeitos do aresto proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2010.02.01.002742-8 que sumariou os seus fundamentos na seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 526 DO CPC. CUMPRIMENTO. CVM. COMPETÊNCIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA 480/2009. LEI 6385/76. LEI 6404/76. INFORMAÇÕES. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES. DIREITO DE PRIVACIDADE. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS. INTERESSE PÚBLICO. TRANSPARÊNCIA. ADEQUAÇÃO AO SISTEMA INTERNACIONAL.

1- A apresentação de petição informando a interposição de recurso de agravo de instrumento, na forma prevista no art. 526 do Código de Processo Civil, a fim de que o Juízo *a quo* possa, querendo, proferir juízo de retratação da decisão impugnada, ainda que poucos minutos após o final do término do expediente forense do último dia do prazo, não afasta o conhecimento do referido recurso, visto que a finalidade da regra prevista no artigo em comento restou atendida, não sendo possível vislumbrar qualquer prejuízo para a parte agravada.

2- A Lei nº 6.385/76 atribui à CVM competência para disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, tendo a referida autarquia a incumbência de fiscalizar permanentemente a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participem, e os valores nele negociados, bem como expedir normas aplicáveis às companhias abertas sobre a divulgação das referidas informações, não sendo possível vislumbrar a existência de conflito entre a norma reguladora prevista na Instrução Normativa nº 480/2009, que passou a exigir a divulgação institucional dos valores máximo, médio e mínimo da remuneração atribuída a cada órgão social (conselho de administração, diretoria e conselho fiscal), e o disposto nos artigos 152 e 157 da Lei nº 6.404/76.

3- A norma impugnada não viola o direito de privacidade e de segurança dos administradores, considerando-se que, primeiramente, o regramento estabelecido pela CVM, após ampla discussão pública, apenas determinou a divulgação pública não dos valores individualizados por administrador, mas sim dos valores mínimo, médio e máximo por órgão social (conselho de administração, diretoria e conselho fiscal), sendo descabida a consideração feita acerca dos riscos de atos de violência a que poderiam ser submetidos os administradores, aos quais toda população brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos, se encontra exposta diariamente, independentemente da divulgação de seus ganhos.

4- Não se pode olvidar que o apontado direito à privacidade dos administradores das empresas de capital aberto venha a se sobrepor ao interesse público inerente ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, sendo dever da CVM, como órgão regulador, criar mecanismos que facilitem o acesso, pelo investidor, a informações fidedignas e tempestivas sobre as oportunidades e condições de investimento,

Superior Tribunal de Justiça

considerando-se que é extremamente relevante que exista credibilidade dentro do sistema de mercado de capitais, cujas regras devem estar integradas com as já existentes no mercado internacional, em relação ao qual a nossa economia está diretamente ligada, não sendo plausível permitir que eventuais diferenças culturais justifiquem a falta de transparência.

5- Agravo de instrumento provido, para revogar a liminar concedida (e-STJ fls. 255-256).

Os embargos de declaração, opostos na sequência, foram julgados nos termos da ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ERRO DE FATO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. PREQUESTIONAMENTO.

1. Consoante já assentou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (*vide* 2ª T., EmbDeclaRExt n.º 160.381/SP, unânime, DJU de 04.08.95, p. 22.497) e a doutrina em uníssono, os embargos declaratórios não se prestam à reforma da decisão embargada, sendo absolutamente excepcionais as hipóteses em que cabível emprestar-lhes efeitos infringentes.

2. Sendo os embargos declaratórios espécie do gênero "recurso de fundamentação vinculada", seu cabimento se afere pela presença de uma das hipóteses taxativas do art. 535 do CPC, dentre as quais não se insere a existência de suposto "erro de fato", o qual, como se sabe, constitui, nos termos do inciso IX do art. 485 do CPC, hipótese de rescindibilidade do julgado.

3. A despeito das intermináveis discussões doutrinárias envolvendo o tema 'prequestionamento', nenhuma dúvida sobressai na doutrina e na jurisprudência quanto à desnecessidade de serem opostos embargos declaratórios na hipótese em que a causa tenha sido efetiva e integralmente decidida pelos tribunais regionais ou locais, ou, em outras palavras, na hipótese em que não tenha havido qualquer omissão no julgado que, através dos recursos especial e extraordinário, se pretenda reformar.

4. A despeito do Enunciado nº 356 da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "*O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*", nem por isso se exige que o acórdão embargado faça expressa menção aos dispositivos legais eventualmente violados para fins de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Isto porque o prequestionamento a ser buscado refere-se à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação.

5. Embargos de declaração conhecidos, mas desprovidos (e-STJ fl. 299).

Na inicial, o requerente, ao reportar-se ao dano que decorreria do aresto recorrido e à consequente utilidade da prestação jurisdicional, argumenta existir "uma determinação da CVM, contida em um regulamento manifestamente contrário à Lei das S.A., que obriga inúmeras companhias abertas a divulgar os salários de seus mais importantes executivos, quanto é certo que, uma vez divulgados tais dados, **torna-se-á impossível restabelecer o status quo ante**" (e-STJ fl. 8 - destaques no original).

Em seguida, aborda a Instrução 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, questionando o sub-item 13.11 do anexo 24, que "exige a divulgação de uma tabela indicando (para os últimos três exercícios sociais) o valor máximo, médio e mínimo da remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal" (e-STJ fl. 9).

Alega que essa exigência viola a privacidade, a intimidade e o direito ao sigilo dos dados referentes a esses profissionais, além de contrariar os arts. 152 e 157 da Lei das S/A.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, na sequência, que o acórdão regional teria violado, também, o art. 526, parágrafo único, do Código Processo Civil, porquanto a CVM não apresentou, no prazo de 3 (três) dias, perante o Juízo de 1º grau, a cópia da petição de agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição.

Afirma que o próprio aresto recorrido reconheceu que o ato foi praticado "fora do horário forense", concluindo, entretanto, que apenas os prazos para "interposição de recursos" seriam preclusivos.

Argumenta que estamos diante de caso emblemático de dano irreversível e que a medida cautelar ora pretendida preenche os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, necessários à concessão do provimento liminar.

No que tange ao segundo requisito, expõe o seguinte:

76. O *periculum in mora* não é menos evidente. Há absoluta necessidade de se resguardar as informações sigilosas e íntimas de centenas de pessoas até o julgamento definitivo da matéria, pois a eficácia imediata do sub-item 13.11 da Instrução CVM 480, encampada pelo aresto recorrido, acarreta dano imediato e indiscutivelmente irreversível. Perdoe-se a insistência, mas a norma impugnada determina a exposição de dados íntimos de centenas de profissionais associados ao IBEF, os quais, uma vez divulgados na *web*, não são mais passíveis de confidencialidade. Ter-se-ia um fato consumado antes de uma decisão definitiva de mérito acerca da matéria.

79. Ocorre que, uma vez publicadas as remunerações dos executivos (...) é **materialmente impossível restabelecer-se o status quo ante** (e-STJ fl. 23 – destaques no original).

Defende, ao final, inexistir perigo de dano inverso para o mercado que a CVM regula. É o relatório. Passo a decidir.

A finalidade do processo cautelar é assegurar a efetividade de um provimento judicial futuro, sendo, portanto, um instrumento destinado a atribuir utilidade a outro instrumento: o processo principal.

Em virtude desse especial propósito conferido à tutela cautelar, afirma o Prof. Alexandre Freitas Câmara que "o processo cautelar tem sua instrumentalidade elevada ao quadrado, sendo chamado de 'instrumento do instrumento'" (*Lições de Direito Processual Civil*. V. III. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007, p. 9).

Seguindo essa perspectiva, tem-se admitido, de forma excepcional, que o Superior Tribunal de Justiça conceda providimentos acautelatórios para assegurar a efetividade ao julgamento recursos de sua competência desde que o requerente faça prova conjunta de três requisitos:

- (a) a viabilidade do recurso a que se pretende conferir efeito suspensivo;
- (b) a plausibilidade jurídica da pretensão invocada; e
- (c) a urgência do provimento.

Ressalto que o recurso especial foi regularmente interposto, consoante consta no despacho da Sra. Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Des. Fed. Vera Lúcia Lima, que indeferiu a medida idêntica ali ajuizada sob a alegação (d.v. equivocada) de que estaria invadindo a competência desta Corte, ainda que chegue a aludir à pertinência do recurso ainda não admitido.

Em face disso, atento à possibilidade de consumação de prejuízo que o recurso especial

Superior Tribunal de Justiça

visa obviar, na linha dos precedentes da Casa que superam a necessidade da existência da decisão de admissibilidade do recurso na instância ordinária, reconheço a presença de excepcionalidade a justificar o prosseguimento na análise dos requisitos supracitados.

Na hipótese dos autos, em juízo de **cognição meramente sumário**, evidencia-se a urgência do provimento solicitado, já que a divulgação dos dados especificados no sub-item 13.11 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, na rede mundial de computadores (*internet*), esgotará o próprio objeto do recurso especial.

Em verdade, não haverá interesse na discussão quanto à legalidade e à legitimidade da norma em comento, caso venha a concretizar-se a divulgação possibilitada pelo Tribunal de origem, pois os valores máximo, médio e mínimo da remuneração dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal das empresas associadas do IBEF já terão caído "em domínio público" *lato sensu*.

A concessão de tal medida serve, portanto, para resguardar a efetividade e utilidade do provimento jurisdicional a ser proferido quando do julgamento do apelo especial.

Ademais, não se vislumbra o perigo de dano inverso, pois, caso o recurso não logre êxito, a CVM poderá cobrar das referidas sociedades o cumprimento da norma, podendo, inclusive, impor sanções.

Nesse sentido, por sua percuciência, transcrevo excerto da decisão proferido pelo Juízo de 1º grau, *in verbis*:

No que concerne ao *periculum in mora* o mesmo também está caracterizado, vez que publicados os dados da remuneração dos administradores, poderão ser recolhidos por quaisquer interessados, com inegáveis prejuízos para os associados do autor.

Por outro turno, não há dano irremediável de qualquer natureza para a ré, seja econômico ou financeiro (e-STJ fl. 158).

De igual forma, manifestou-se o Sr. Ministro Cesar Ásfor Rocha, quando Presidente desta Corte de Justiça, ao apreciar a SLS 1.210/RJ requerida pela CVM:

Não se pode questionar a importância da Comissão de Valores Mobiliários e da regulamentação em debate para o mercado de capitais, que sempre deve ser atualizada para melhor proteger os investidores e o próprio mercado.

Ocorre que a requerente, apesar de todas as alegações que trouxe em sua inicial, não demonstra que a ausência de divulgação imediata do "valor da maior remuneração individual", do "valor da menor remuneração individual" e do "valor médio de remuneração individual" (fl. 809) possa causar grave, iminente e irreparável lesão à ordem, à economia e ao interesse públicos, o que torna inviável a utilização da suspensão de liminar e de sentença.

Com isso, não vejo porque não se possa aguardar o julgamento do feito na instância própria, à luz da legislação pertinente, momento em que poderá o Judiciário reapreciar a liminar aqui atacada e reformá-la, se necessário.

Desse modo, entendo configurados os pressupostos específicos para a concessão da medida cautelar.

Ante o exposto, **defiro a liminar**, para acautelar o julgamento do recurso especial interposto, restabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo Juízo de 1º grau (e-STJ fl. 155-159).

Superior Tribunal de Justiça

Para a execução desta medida, oficie-se imediatamente ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, citando-se a Comissão de Valores Mobiliários-CVM para, querendo, contestar o pedido no prazo legal, indicando as provas que pretende produzir, nos termos do disposto no artigo 802 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2010.

Ministro Castro Meira
Relator

